

Conservação em conflito: os desafios à governança da conservação na Amazônia brasileira a partir das vozes dos agentes ambientais¹

Conservation in conflict: the challenges to governance of conservation in the Brazilian Amazon from the perspective of environmental agents

Conservación en conflicto: los desafíos para la gobernanza de la conservación en la Amazonía brasileña desde la perspectiva de los actores ambientales

Diana de Alencar Meneses e Temístocles Murilo de Oliveira Júnior

<https://doi.org/10.36428/revistadacgu.v17i32.798>

Resumo: Este artigo busca contribuir para o debate sobre os desafios à governança da conservação ambiental no Brasil. Assume-se que, embora o país adote um modelo de governança que pressupõe a gestão compartilhada do território e de seus recursos naturais a partir das Unidades de Conservação (UC), os altos níveis de conflitos socioambientais enfrentados pelos agentes nessas unidades podem indicar que essa gestão apresenta insuficiências. Aqui, objetiva-se explorar como esses agentes têm vivenciado esses conflitos e analisar sua relação com as deficiências na gestão compartilhada, enquanto elemento fundamental da governança ambiental. A metodologia baseia-se em pesquisa qualitativa e exploratória, com técnicas de *survey* e entrevistas, além da aplicação da análise de conteúdo para tratamento e interpretação de dados não estruturados. Os atores selecionados para a coleta são agentes ambientais das 42 UC de Proteção Integral da Amazônia (UCPI), criadas até 2023. Os resultados revelam que a percepção de falhas estruturais e operacionais — como limitações institucionais, lacunas na capacitação e assimetrias de poder nos processos decisórios — estaria relacionada a maiores dificuldades na resolução de conflitos. Além disso, indicam que essa relação é marcada por nuances, devendo ser interpretada à luz das especificidades de cada UC. Propõe-se que estudos futuros explorem e identifiquem questões relevantes à governança da conservação ambiental, bem como as condições para a efetivação da gestão compartilhada e os impactos dessas estratégias no tratamento de conflitos socioambientais.

Palavras-chave: conservação ambiental, unidade de conservação, governança ambiental, conflito socioambiental, gestão compartilhada

Abstract: This article aims to contribute to the debate on the challenges of environmental conservation governance in Brazil. It is assumed that, although the country adopts a governance model that presumes shared management of the territory and its natural resources based on Conservation Units (CUs), the high levels of socio-environmental conflicts faced by agents within these units may indicate that this management has deficiencies. This study aims to investigate how these agents have experienced these conflicts and analyze their relationship with the shortcomings in shared management, which is an essential element of environmental

1. Artigo submetido em 24.06.25 e aceito em 14.11.2025

governance. The methodology is based on qualitative and exploratory research, using survey and interview techniques, along with content analysis for data treatment and interpretation of unstructured data. The actors selected for data collection are environmental agents from all 42 Integral Protection Conservation Units (IPCU) of the Amazon biome, created until 2023. The results reveal that perceptions of structural and operational failures—such as institutional limitations, gaps in training, and power asymmetries in decision-making processes—are associated with greater difficulties in conflict resolution. Furthermore, these relationships are marked by nuances that should be interpreted considering the specificities of each UC. It is proposed that future studies explore and identify relevant issues related to environmental conservation governance, as well as the conditions necessary for the effective implementation of shared management and the impacts of these strategies on the handling of socio-environmental conflicts.

Keywords: environmental conservation, conservation unit, environmental governance, socio-environmental conflict, shared management

Resumen: Este artículo busca contribuir al debate sobre los desafíos de la gobernanza de la conservación ambiental en Brasil. Se asume que, aunque el país adopta un modelo de gobernanza que presupone la gestión compartida del territorio y sus recursos naturales basándose en las Unidades de Conservación (UC), los altos niveles de conflictos socioambientales enfrentados por los agentes pueden indicar que dicha gestión presenta insuficiencias. La presente investigación pretende explorar cómo estos agentes han experimentado dichos conflictos y analizar su relación con las deficiencias en la gestión compartida, considerada un elemento fundamental de la gobernanza ambiental. La metodología se sustenta en una investigación cualitativa y exploratoria, mediante técnicas de encuesta y entrevistas, además de la aplicación de análisis de contenido para el tratamiento e interpretación de datos no estructurados. Los actores seleccionados para la recolección son agentes ambientales de las 42 Unidades de Conservación de Protección Integral (UCPI) del bioma amazónico, creadas hasta 2023. Los resultados revelan que las percepciones de fallas estructurales y operativas —como limitaciones institucionales, brechas en la capacitación y asimetrías de poder en los procesos de toma de decisiones— estarían relacionadas con mayores dificultades en la resolución de conflictos. Además, indican que esta relación está marcada por matices que deben ser interpretados a la luz de las particularidades de cada UC. Se propone que futuros estudios exploren e identifiquen cuestiones relevantes para la gobernanza de la conservación ambiental, así como las condiciones para la implementación efectiva de la gestión compartida y los impactos de estas estrategias en el tratamiento de conflictos socioambientales.

Palabras clave: conservación ambiental, unidad de conservación, gobernanza ambiental, conflicto socioambiental, gestión compartida

1. Introdução

As mudanças climáticas ocorridas nos últimos anos elevaram o senso de urgência da agenda ambiental e, ao mesmo tempo, expuseram o cenário de pressões sobre o tema, seja pela maior percepção da insuficiência das instituições de meio ambiente, seja pelo aumento de estratégias de desinformação e de casos de lobby, conflitos de interesses e portas-giratórias em prol de visões e práticas contrárias ao desenvolvimento sustentável (OECD, 2024). O Brasil exerce um papel central para o sucesso dessa agenda e, como outros países, enfrenta obstáculos de diferentes dimensões ligados à capacidade de resposta de suas instituições formais e à participação e cooperação entre a sociedade, setores econômicos e governos nas políticas para preservação e conservação do meio ambiente (CGU, 2024).

Aqui, busca-se contribuir para o debate sobre a conservação ambiental no Brasil, compreendendo as políticas de manejo da natureza pelo ser humano, incluindo as instituições e medidas de preservação, uso sustentável, restauração e recuperação do meio ambiente, com foco na sustentabilidade para as gerações presentes e futuras (Brasil, 2000). Considerando o contexto institucional atual, assume-se que o país adota um modelo de governança da conservação ambiental baseado nas Unidades de Conservação (UC), no qual a participação social é um elemento fundamental. Para isso, utilizam-se instrumentos que fundamentam a gestão compartilhada dessas UC, tendo como elemento central a participação dos atores na tomada de decisão (Canto *et al.*, 2020, p. 1533).

Adicionalmente, a literatura sobre o tema aponta diversos obstáculos à conservação no Brasil, destacando-se a elevada incidência de conflitos socioambientais (Bensusan, 2006; Diegues, 2000; Santilli, 2004). Assim, partindo do pressuposto de que esses conflitos são componentes centrais na relação da proteção do patrimônio natural e da justiça ambiental, e que podem ser agravados pelas insuficiências no modelo de governança da conservação enfrentadas pelos agentes ambientais, questiona-se: como esses agentes têm vivenciado os conflitos socioambientais? Em que medida esses conflitos são exacerbados por uma governança deficiente, materializada por obstáculos à efetivação da gestão compartilhada que mitiga a participação social?

Este estudo tem como objetivo explorar como os agentes ambientais, a partir de suas próprias vozes, têm enfrentado esses obstáculos e de que forma eles estão relacionados aos conflitos socioambientais por eles vivenciados. A abordagem metodológica adotada é a pesquisa qualitativa e exploratória, utilizando técnicas de coleta de dados por meio de *survey* e entrevistas, além da aplicação de análise de conteúdo e análise temática para o tratamento e interpretação dos dados não estruturados. Os atores selecionados para a coleta de informações são os agentes de todas as 42 Unidades de Conservação de Proteção Integral (UCPI) do bioma amazônico, criadas até 2023.

As vozes dos agentes ambientais sugerem uma ligação entre os níveis de conflitos socioambientais relativos ao uso do território e de seus recursos naturais e os desafios à governança ambiental a partir das UCPI no bioma da Amazônia. No entanto, permitem inferir também que diversos aspectos precisam ser considerados acerca dessa relação e que as diferentes nuances entre os cenários encontrados devem ser interpretadas em suas especificidades e dinâmicas próprias. Para a agenda de pesquisa, propõem-se novas abordagens e estudos empíricos que explorem e identifiquem questões relevantes à governança da conservação ambiental, bem como as condições e deficiências à efetiva implementação da gestão compartilhada das UC e os impactos dessas estratégias no gerenciamento de conflitos socioambientais.

2. Conservação ambiental no contexto institucional brasileiro

Ao se discutir sobre conservação ambiental no contexto institucional brasileiro, toma-se comumente a unidade de conservação como elemento central de

análise e intervenção. Esta escolha é natural, dada a própria definição legal dessa unidade como espaço territorial formalmente instituído com objetivos específicos de conservação da natureza e com regime de administração e regras de uso dos recursos naturais (Brasil, 2000). No país, as UC estão diretamente relacionadas às estratégias de conservação, as quais, conforme muitos autores e pesquisadores da área ambiental, são consideradas meios eficazes e necessários, além de estarem entre as ferramentas mais utilizadas para a preservação (Maretti, 2012; Diegues, 2000; Bensusan, 2006).

A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), divide as UC em dois grupos de objetivos distintos. O primeiro refere-se às UCPI, que somente admite o uso indireto dos recursos naturais. O segundo, relativo às Unidades de Conservação de Uso Sustentável (UCUS), objetiva compatibilizar a conservação com o uso sustentável dos recursos. Além de dispor sobre outras definições, regras e o papel do poder público, a Lei do SNUC estabelece diretrizes para assegurar a participação efetiva das populações nos processos de criação, implantação, administração e monitoramento dessas unidades e de seus planos de manejo, bem como para estimular a cooperação com instituições de pesquisa e organizações privadas, lucrativas ou não (Brasil, 2000).

O regulamento do SNUC, instituído pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, estabelece outros instrumentos de participação. Um exemplo são as consultas públicas, que devem ser utilizadas na criação de UC e aprovação de planos de manejo, sendo que as informações sobre as propostas e implicações para as populações afetadas devem ser franqueadas de forma clara e em linguagem acessível. Outros são conselhos gestores, que têm entre suas competências o acompanhamento da gestão, o reforço à integração da unidade no espaço territorial e em seu entorno e a compatibilização dos interesses dos segmentos sociais. Além disso, prevê-se a adoção de uma gestão compartilhada das políticas das UC, sendo que, nesse regulamento, a menção feita é limitada à contratação e aos termos de parceria com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) (Brasil, 2002a).

Quanto às normas relacionadas ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), entidade governamental responsável pela proposição, implantação, administração e monitoramento das UC federais, estas alargam o conceito de gestão compartilhada, trazendo outros instrumentos

que ampliam o caráter aberto e inclusivo dessa participação, em especial para o tratamento das interfaces e sobreposições com territórios tradicionais (Brasil, 2005, 2024; ICMBio, 2022). Consequentemente, as atribuições dos agentes ambientais do ICMBio abarcam a promoção da integração entre diferentes setores ambientais e sociais e a atuação na interlocução e facilitação da participação social (Brasil, 2002b). Ou seja, o papel desses agentes compreende também viabilizar a presença social nas políticas dessas unidades e o diálogo e a cooperação para que a conservação ambiental seja condizente com os direitos das comunidades e a proteção do patrimônio natural.

Também é possível identificar os atores não governamentais que participam e cooperam para a gestão compartilhada das UC por conta de suas finalidades, competências e interesses políticos, econômicos ou sociais (Medeiros, 2006). Este rol compreende outras organizações públicas, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Ministério Público e os órgãos estaduais e municipais. Destacam-se ainda as populações locais e as comunidades tradicionais em áreas de interface ou sobreposição, como povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas, bem como organizações não governamentais (ONG), associações comunitárias e instituições de pesquisa. Por fim, incluem-se as organizações empresariais que atuam a partir de concessões, autorizações ou parcerias público-privadas para atividades de exploração de recursos e serviços, compensação ambiental ou outras formas de aproveitamento econômico (Medeiros, 2006).

3. Governança da conservação, gestão compartilhada e conflito socioambiental

A partir da concepção jurídica que emerge do ordenamento legal do SNUC e das normas do ICMBio, vistas na seção anterior, observa-se que as UC foram criadas e são compreendidas no Brasil como instâncias básicas para a execução de políticas de conservação do meio ambiente no nível do território. O pressuposto é que essas unidades possibilitam promover a proteção do patrimônio natural combinada com a justiça e a sustentabilidade ambiental por meio de uma participação aberta e inclusiva dos diferentes atores sociais, econômicos e governamentais envolvidos.

Essa concepção alinha-se à abordagem da governança no campo das políticas públicas e nos

estudos sobre o meio ambiente, que assume a necessidade de superação da centralidade do governo (*government-centered*) na investigação e no desenho e execução das políticas ambientais (Ansell & Torfing, 2022; Jeronymo *et al.*, 2021). Dessa forma, a governança representa um modelo necessário de análise e intervenção nesses campos à medida que se torna inescapável a consideração da participação de múltiplos atores nesses processos, no caso, como partes interessadas que coexistem, interagem e operam em diferentes escalas e com graus variados de autoridade (Carlsson & Sandström, 2008; Jeronymo *et al.*, 2021).

Essa abordagem sobre a governança pressupõe a necessidade do estabelecimento de instituições flexíveis, considerando a imprescindibilidade de que estruturas e processos sejam moldados, em especial aqueles relacionados às políticas ambientais, de forma mais adaptada à realidade dos diferentes territórios e às demandas de coordenação e cooperação da diversidade de atores envolvidos (Carlsson & Sandström, 2008; Ostrom, 2010; Jeronymo *et al.*, 2021). Essa flexibilidade deve permitir ainda a constituição de arranjos híbridos de preservação e conservação que viabilizem políticas e ações mais suscetíveis a reinterpretações e negociações a partir da articulação entre as normas governamentais e as práticas, acordos e valores locais (Medeiros, 2006).

Nesse sentido, a *governança da conservação* estabelecida a partir do SNUC é justificada pela necessidade de que as diversas UC adotem modelos e ferramentas de gestão que sejam mais adaptados às suas respectivas realidades, possibilitando harmonizar o uso do território e seus recursos naturais aos direitos e interesses das populações locais, comunidades tradicionais e demais atores envolvidos. Esta *gestão compartilhada* pressupõe, então, a existência de perspectivas, instrumentos e práticas que permitam uma ampla participação social na gestão do território e seus recursos a partir das UC, ampliando o envolvimento, a coordenação e a cooperação entre esses atores nos processos das políticas de preservação e conservação do meio ambiente (Marinho & Furlan, 2011; Murer & Futada, s.d.).

Entretanto, as ambiguidades e insuficiências das instituições formais e a intrincada relação entre as populações, empresariado e governo em questões ambientais impõem desafios ao modelo de governança da conservação ambiental que emerge do SNUC, afetando o envolvimento, a coordenação e a cooperação esperadas entre estes atores. A literatura do campo da ecologia política no Brasil aborda estes

desafios ao analisar como as políticas ambientais no país são marcadas por disputas e acomodações entre visões e interesses políticos, econômicos e sociais para além dos modelos previstos em norma, ao mesmo tempo que propõe que o território, neste contexto, seja compreendido como uma construção sociopolítica que resulta em uma pluralidade de territórios, denominada de multiterritorialidade (Haesbaert, 2004; Porto-Gonçalves & Leff, 2015).

Pela lente da ecologia política, o *conflito socioambiental* representa uma questão central para a governança ambiental, visto que é inerente a essa dinâmica de disputas e acomodações entre os atores envolvidos, incluídos os agentes ambientais, que constroem suas territorialidades a partir de suas próprias perspectivas, práticas e interesses, que são singulares e, por vezes, antagônicas (Acselrad, 2004; Haesbaert, 2004). Este conflito, então, constitui-se como a expressão das tensões entre a racionalidade ambiental e as demais racionalidades contraditórias de ordem política, administrativa, econômica e social, gerando lutas por reconhecimento e controle do território e de seus recursos naturais que impactam sobre as políticas de meio ambiente (Acselrad, 2004; Haesbaert, 2004; Leff, 2001).

No Brasil, onde há extensas áreas de sobreposição e interface entre UC e comunidades tradicionais, com forte pressão de interesses políticos e empresariais e limitações institucionais na implementação das políticas ambientais – decorrente do insulamento ou do sucateamento de órgãos ambientais ligados a disputas intraestatais e de estratégias de captura do poder público –, potencializam-se os desafios para uma governança que permita a participação social na gestão do território, que garanta os interesses e a atuação das partes com menor poder e influência, intensificando-se as ocorrências de conflitos socioambientais (Allen, 2015; Lima, 2024; Viglio *et al.*, 2018).

Mais que isso, tais fenômenos e seus resultados permanecem muitas vezes ocultos por estruturas e medidas que afetam a preservação do meio ambiente e a representação e proteção das populações vulneráveis (Acselrad, 2004; Haesbaert, 2004; Leff, 2001). Nesse sentido, insuficiências na gestão compartilhada das UC, que representam elemento essencial da governança da conservação no país, tanto na forma de entraves à participação de parte das populações e grupos intervenientes quanto em limitações nas capacidades de execução das políticas das próprias UC, podem interferir nos níveis de conflito.

Como apontado, o ordenamento legal brasileiro estabelece diretrizes de governança da conservação ambiental para viabilizar uma gestão compartilhada do território e seus recursos no país de forma a garantir o envolvimento e a atuação de agentes ambientais e as demais partes interessadas, possibilitando o gerenciamento de conflitos socioambientais. Entretanto, como a literatura sugere, de forma geral, a concepção e implementação de políticas públicas ambientais são conflituosas (Gerrero & Torres, 2022). Assim, cabe refletir: Em que medida esses conflitos são exacerbados por uma governança deficiente, materializada por obstáculos à efetivação da gestão compartilhada que mitiga a participação social?

Para analisar a percepção dos agentes sobre suas realidades, bem como a relação entre possíveis deficiências na gestão compartilhada e os conflitos socioambientais por eles vivenciados, foram consideradas como categorias de análise: a existência de planos de manejo, instrumentos de compatibilização do uso do território e dos recursos com as populações locais, a presença de conselhos gestores, a suficiência das equipes alocadas e a capacidade técnica para o tratamento de conflitos, além da adequação das estruturas, recursos e o apoio institucional oferecido pelo ICMBio. Essas categorias permitem compreender, por exemplo, a relação entre a baixa presença de instrumentos de compatibilização e a capacidade institucional de gerenciamento de conflitos.

Desta forma, apesar de esses agentes não serem necessariamente o ponto mais vulnerável nesses territórios, suas vozes em conjunto permitem delinear o panorama pretendido, elucidando um dos possíveis obstáculos da conservação do meio ambiente no Brasil.

4. Relevância e escolhas da pesquisa e caminho metodológico

Como indicado nas seções anteriores, a conservação ambiental representa tema de grande preocupação na atualidade e a escolha das UC no Brasil como unidade de análise para a realização desta investigação mostra-se especialmente relevante e desafiadora. Dados do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), disponibilizados pelo Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), indicam que o país possui 3.185 UC que ocupam 968.288,16 km² de área marinha, o que corresponde a 26,51% de área protegida nesse bioma, e 1.632.558,37 km² de área continental, ou seja, 19,17% do território nacional. Dessas unidades,

1.091 são federais, correspondendo a 34,25% das UC no Brasil, divididas entre 152 UCPI, com 119.780,47 km² e 383.351,14 km² de área marinha e continental, e 939 UCUS, com 805.475,61 km² e 412.944,30 km² nessas áreas, respectivamente (MMA, 2025).

Observada a necessidade de delimitação do objeto, este estudo se concentra nas UCPI no bioma da Amazônia. O primeiro motivo desta escolha refere-se ao significado ímpar da região amazônica na pauta da conservação, reconhecida como patrimônio nacional pela Constituição Federal de 1988, que restringiu sua utilização às condições que assegurassem a preservação do meio ambiente (Treccani *et al.*, 2020).

Em relação à escolha das UCPI, este grupo compreende categorias de maior restrição ao uso do território e dos recursos naturais, dado que seu objetivo principal é a preservação, ou seja, a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferências humanas, permitindo apenas o uso indireto de seus atributos naturais (Allegretti, 2008). Essa restrição pode intensificar conflitos entre o poder público, os atores da sociedade e os representantes de setores econômicos, que podem ter interesses divergentes em relação a essas áreas. Importa complementar que a Amazônia Legal brasileira ainda conta com o maior número de terras indígenas no país (ISA, 2024) e, logo, com grandes parcelas de áreas de sobreposição e interface entre UC e territórios tradicionais. Essas características das UCPI e do bioma da Amazônia permitem indicar uma maior probabilidade de que a gestão dessas UC seja afetada por conflitos socioambientais.

A metodologia deste estudo partiu da proposta de Deslandes e Gomes (2009), tendo sido construída como o “caminho do pensamento e da prática exercida na abordagem da realidade” (p.14). Assim, a construção teórica, o método usado e as técnicas operacionalizadas foram moldados considerando as experiências, a sensibilidade e a criatividade das pessoas envolvidas em sua realização, orientadas aos resultados pretendidos (Deslandes & Gomes, 2009). Dado que este caminho compreende a coleta, tratamento e análise de dados, informados pelas vozes dos agentes ambientais envolvidos na gestão de UC, de forma que se desvele o panorama de conflitos e sua relação com possíveis limitações à gestão dessas áreas decorrentes de insuficiências na governança da conservação, esta investigação é caracterizada como uma pesquisa qualitativa e exploratória, baseada em trabalho de campo e na aplicação do método de análise temática.

A escolha por este desenho está relacionada ao fato de que, conforme Guerra (2014), essa abordagem metodológica considera o ser humano como um agente ativo, que interpreta continuamente o mundo em que vive. Esse ponto de vista orienta estudos cujo foco são os indivíduos, grupos ou organizações em seus contextos sociais, empregando metodologias cujo objetivo principal é aprofundar a compreensão dos fenômenos analisados (Guerra, 2014). Nesse sentido, o trabalho de campo se torna essencial, pois aproxima o pesquisador da “realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelece uma interação com os ‘atores’ que conformam a realidade” (Deslandes & Gomes, 2009, p. 61).

A necessidade de aproximação entre a equipe de investigação e os agentes ambientais, imprescindível para este estudo, combinada com a multiplicidade de possíveis respondentes e sua distribuição entre as UC federais da Amazônia, que são comumente de difícil acesso e separadas por centenas de quilômetros, levou à adoção de duas técnicas de coleta. Primeiro foi o *survey* por meio de formulário online autoadministrado, que viabiliza a coleta de dados de campo de forma abrangente, com baixo custo e maior flexibilidade na disponibilidade dos participantes, favorecendo o alcance de grupos mais numerosos e dispersos (Vasconcellos & Guedes, 2007; Pedroso *et al.*, 2022).

A segunda técnica foi as entrevistas semiestruturadas que, por meio do diálogo e esclarecimento de questões, facilitam o acesso à complexidade de crenças, valores e experiências individuais e reduzem o impacto dos vieses e limitações de compreensão que são próprias das desvantagens dos formulários autoadministrados (Moreira & Lima, 2015; Oliveira *et al.*, 2023). Além disso, a possibilidade de adaptação do roteiro e de aprofundamento em temas específicos, a depender do entrevistado, torna esta técnica mais eficaz para captar nuances de percepção (Moreira & Lima, 2015; Oliveira *et al.*, 2023).

Os formulários foram estruturados com 35 questões abertas e fechadas entre quatro grupos temáticos. O primeiro foi composto por sete perguntas sobre a identificação da UC e o perfil do respondente, incluindo sua formação e conhecimentos sobre instrumentos de gerenciamento de interfaces e sobreposições com terras indígenas.² O segundo,

2. É importante esclarecer que este artigo foi elaborado a partir de instrumentos e esforços de coleta e tratamento de dados e de análise de resultados de pesquisa, em andamento, que trata dos conflitos ambientais em áreas de sobreposição entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação de Proteção Integral na Amazônia brasileira. Dessa forma, as perguntas, formulários e entrevistas são mais abrangentes e abordam temas direcionados às dinâmicas dessas interfaces.

com oito questões, referiu-se à existência de interfaces com terras indígenas e ao uso de recursos da UC por essas populações. O terceiro grupo trouxe sete questões sobre a existência de conflitos socioambientais e a percepção de seus impactos. O quarto grupo foi composto por treze perguntas sobre a existência de medidas e instrumentos para gestão compartilhada e gerenciamento de conflitos e sobre a percepção da situação geral da UC e dos efeitos e limitações dessas medidas e instrumentos.

Sobre essa temática, quando há referências a medidas, essas são relacionadas às normativas que buscam regular, orientar e normatizar a gestão desses territórios, no caso, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)³ e o Parecer nº 175 da Procuradoria do ICMBio.⁴ Já os instrumentos incluem termos de compromisso, acordos de ajustamento de conduta, planos de utilização, planos conjuntos de gestão, acordos de vida, entre outros. São mecanismos que visam apoiar a gestão, funcionando como canais que permitem o ajuste de responsabilidades entre diversos atores, em diferentes situações, com o objetivo de administrar os territórios e seus recursos de forma mais eficiente. Esses instrumentos representam um caminho que utiliza ferramentas normativas de maneira dinâmica, contribuindo para a divisão de poderes e papéis, e possibilitando a adaptação às diversas realidades encontradas na conservação dessas áreas.

As entrevistas foram orientadas por um roteiro pré-estabelecido de 21 questões divididas entre os seguintes temas: panorama geral da gestão; questões específicas da interface territorial; instrumentos de gestão e capacitação; e visão de futuro e expectativas. O modelo do formulário e do roteiro básico está disponibilizado pelo endereço eletrônico <http://tiny.cc/revista-da-cgu-798>. Os dados coletados a partir do *survey* e entrevistas não se encontram disponibilizados por se tratar de informações pessoais, que permitem a identificação dos respondentes.

As UC selecionadas para este estudo correspondem a 22 Parques Nacionais (PARNA), 10 Estações Ecológicas (ESEC) e 10 Reservas Biológicas (REBIO), que compõem o conjunto de UCPI federais da Amazônia, com exceção de um Refúgio da Vida Silvestre (REVIS), dado que este foi criado recentemente, no ano de 2024 (MMA, 2025).⁵ Essa seleção da totalidade de UCPI, na época da coleta de dados, abrange oito estados da Amazônia Legal, com o objetivo de apresentar um panorama mais amplo das realidades diferenciadas e dos problemas comuns enfrentados nessas áreas.

Para a obtenção dos dados, participaram 31 servidores do ICMBio, responsáveis pelas 42 UC selecionadas nesta pesquisa.⁶ Todos atuavam nas áreas da agenda socioambiental, da pesquisa, da fiscalização e do uso público. Além disso, exerciam funções de chefia dos Núcleos de Gestão Integrada ou eram substitutos dessas chefias. Essa participação representa os distintos papéis que esses agentes exercem na gestão dessas áreas e no gerenciamento de conflitos socioambientais.

A comunicação com os agentes selecionados para o *survey* foi realizada por meio de mais de 100 contatos estabelecidos com chefias, escritórios e coordenações responsáveis pela gestão das UC. As abordagens foram iniciadas por meio de mensagens eletrônicas, com reenvio semanal quando necessário. O período de coleta ocorreu de agosto a novembro de 2024, coincidindo com eventos climáticos extremos no Brasil, incluindo incêndios que atingiram várias UC, dificultando a interação com alguns agentes devido ao aumento da atividade de campo. Em razão dessas dificuldades, o preenchimento do questionário por dez respondentes foi realizado pela própria equipe de investigação, recebendo as respostas por mensagens em aplicativos ou ligações telefônicas.

As entrevistas semiestruturadas ocorreram entre 09/08/2024 e 08/10/2024. Foram realizadas nove entrevistas com gestores de sete PARNA, uma ESEC e uma REBIO. As informações foram coletadas tanto

3. A PNGATI foi aprovada pelo Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012, e tem entre seus objetivos o fortalecimento da gestão participativa e o reconhecimento do papel dos povos indígenas na gestão de suas terras. Nesse sentido, visa a promoção de uma gestão compartilhada com os órgãos ambientais, sendo considerado um dos marcos na consolidação de uma gestão mais inclusiva e da valorização dos direitos, conhecimentos e práticas tradicionais dos povos indígenas e populações tradicionais na administração de seus territórios (ISA, 2024).

4. O Parecer n. 00175/2021/CPAR/PFE-ICMBio/PGF/AGU é um documento técnico-jurídico que reforça a importância do reconhecimento e do respeito às terras indígenas, bem como às interfaces com as UC. Além disso, incentiva a adoção de uma gestão participativa e compartilhada, orientando a atuação do ICMBio na gestão de áreas sobrepostas e na inclusão das populações indígenas nos processos de manejo e planejamento territorial (ICMBio, 2021).

5. Em relação às UCPI, além das categorias mencionadas, há o Monumento Natural, não incluído neste estudo pelo fato de o bioma da Amazônia não contemplar nenhuma unidade federal deste tipo. Quanto à única categoria Refúgio da Vida Silvestre, não considerada neste estudo, a notícia sobre sua criação está publicada em <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/refugio-de-vida-silvestre-e-criado-para-protecao-do-sauim-de-coleira-no-amazonas>.

6. O ICMBio, conforme previsto na Portaria ICMBio nº 102, de 10 de fevereiro de 2020, que institui a Política de Integração e Nucleação Gerencial (PINGe), realiza a gestão de suas Unidades de Conservação (UCs) com base na constituição de Núcleos de Gestão Integrada (NGI) entre Unidades de Conservação federais contíguas, próximas ou com similaridade regional. Essa gestão unificada implica que alguns servidores respondem por mais de uma UC; como exemplo, o NGI de Roraima, que estava à frente de cinco UCPI. Essa circunstância explica por que a pesquisa obteve uma taxa de resposta de 100% referente às 42 UC do bioma estudado, embora tenham sido ouvidos apenas 31 servidores. (ICMBio, 2020).

de forma virtual, utilizando a ferramenta Microsoft Teams, adotada pelo ICMBio, quanto de forma presencial.⁷ As entrevistas foram transcritas posteriormente para garantir a precisão dos dados.

Na última etapa foram realizados o tratamento e a análise dos dados recolhidos. As respostas às questões abertas do *survey* foram tratadas e interpretadas com base na sequência de passos e em parte das ferramentas do método de análise de conteúdo categorial, com a adoção de codificadores de presença e frequência de termos-chave, como proposto por Bardin (2016). Como ferramenta de apoio, utilizou-se o ChatGPT Plus (versão GPT-4, da OpenAI), sendo sua utilização somente na organização das respostas e contagem de termos, garantindo uma interpretação abrangente e fundamentada dos resultados obtidos.

Os dados das entrevistas semiestruturadas foram tratados e analisados por meio de análise temática (AT),⁸ um método de análise qualitativa de

7. No caso do PARNA Pacaás Novos, também foi realizada uma entrevista presencial, uma vez que essa unidade foi selecionada para o estudo de caso, com atividade de campo realizada de 15/03/2025 a 01/04/2025. Assim, além da entrevista via Teams, realizada em 25/09/2024, houve uma outra entrevista presencial em 31/03/2025. Ressalta-se que, diferentemente das demais, aquela unidade de conservação não teve suas entrevistas gravadas ou transcritas.

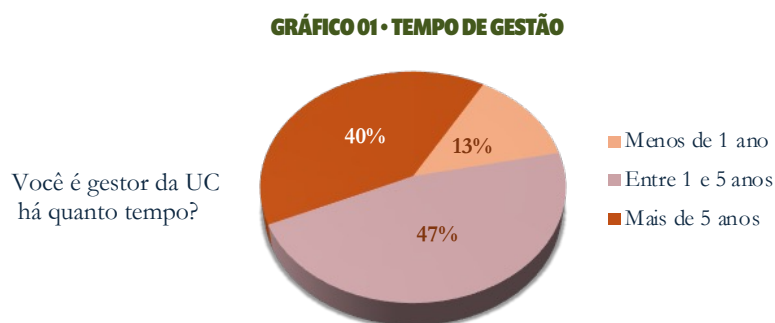
8. A utilização da análise temática (AT), fundamentada nas vantagens apontadas por Souza (2019), buscou explorar as potencialidades desse método na análise de dados qualitativos, em especial sua flexibilidade, o que permitiu melhor aproveitamento da experiência dos autores. A estrutura da AT, composta por seis fases — familiarização com os dados, geração de códigos iniciais, busca de temas, revisão e definição dos temas, e produção do relatório — fornece um procedimento sistemático que garante facilitar a visualização dos processos de codificação e dos caminhos metodológicos adotados. A disponibilização dos mapas mentais e extratos das entrevistas reforça esse compromisso de transparência, oferecendo suporte visual e documental às interpretações.

dados utilizado para identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (temas) emergentes a partir dos dados qualitativos (Souza, 2019, p. 52).

5. Análise dos resultados do survey

A análise das respostas às questões sobre o primeiro grupo temático dos formulários permitiu destacar fatores como a diversidade de experiências, a participação em capacitações e conhecimentos relacionados a instrumentos ligados à gestão de interfaces e sobreposições. Buscou-se, com isso, fornecer um retrato dos agentes ambientais que estão na linha de frente da gestão dessas unidades, cujas percepções, práticas e desafios relacionam-se ao objetivo deste estudo.

Aproximadamente 47% dos agentes estão na gestão há mais de cinco anos, o que reflete uma possível trajetória consolidada na função. Por outro lado, 40% encontram-se na função entre um e cinco anos, indicando uma parcela significativa de agentes em fase de estruturação de suas práticas e conhecimentos específicos. Por fim, 13% possuem menos de um ano de atuação, representando uma presença de novos gestores no cenário do ICMBio, conforme Gráfico 01 a seguir.



Fonte: Elaborado pelos autores.

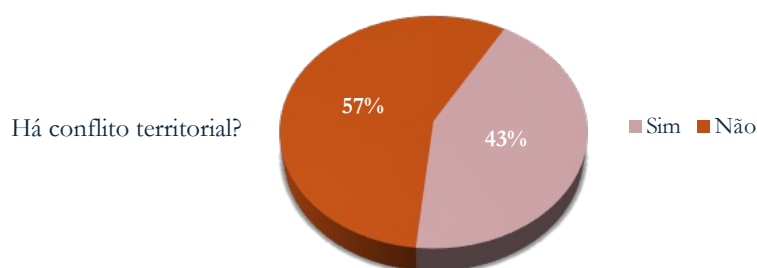
Outro destaque do perfil dos gestores selecionados refere-se à formação e ao conhecimento sobre instrumentos de gestão envolvendo terras indígenas. Com uma taxa de resposta de 77,5%, cerca de 96% afirmaram não ter participado de capacitações específicas sobre o tema. Quanto ao conhecimento de dois instrumentos básicos — a PNGATI e o Parecer nº 175 da PFE do ICMBio —, 87% conheciam a PN-

GATI (com 74% de resposta) e 68% conheciam o Parecer nº 175 (com 71% de resposta). Esses resultados indicam uma lacuna significativa na formação e no conhecimento dos agentes ambientais responsáveis pelas UCPI, especialmente em um bioma com alta probabilidade de conflitos socioambientais com povos indígenas.

Mais que isso, essa lacuna no desenvolvimento de competências sobre conflitos socioambientais pode implicar uma menor compreensão desses gestores de como insuficiências na governança das UC podem estar associadas a esses conflitos, à medida que ampliam disputas e reduzem a confiança da população local e demais partes interessadas na própria gestão da unidade. Além disso, estes apontamentos permitem inferir a existência de limitações (ou mesmo a inexistência) da conexão e coordenação entre as estratégias de gestão e redução de conflitos socioambientais e de melhoria da governança e das ações de desenvolvimento de competências no âmbito do ICMBio.

Outro ponto a ser destacado, no terceiro grupo temático — relacionado à existência de conflitos socioambientais e à percepção sobre seus impactos —, é que a análise sugere que a maioria das UC, através dos seus respondentes (57%), não considera existir conflitos socioambientais com a presença de população indígena nas áreas geridas por eles. Contudo, os (43%) restantes — que apontaram a existência de conflitos (Gráfico 2) ou a possibilidade futura deles —, trouxeram relatos que envolvem a sobreposição de interesses relacionados ao uso dos recursos, à gestão territorial e às formas de ocupação e uso tradicional. Essas disputas, muitas vezes, refletem a histórica tensão entre conservação, uso sustentável, direitos tradicionais e interesses econômicos externos.

GRÁFICO 02 – PERCEPÇÃO SOBRE CONFLITOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: Elaborado pelos autores.

Dito isso, as respostas sugerem que os conflitos podem estar diretamente relacionados aos usos praticados nas regiões, sendo os mais destacados nas respostas coletadas: a caça e o extrativismo vegetal não madeireiro, seguidos pela agricultura, uso do fogo, extrativismo madeireiro e pecuária. Esses dados evidenciam os usos percebidos por esses atores e se relacionam também com atividades apontadas como possíveis conflitos relacionados à conservação e à gestão das áreas protegidas relacionadas a essas UC.

Nesses dados, os respondentes apontam uma preocupação significativa com o impacto das atividades humanas nas áreas sob gestão das UC. Foram mencionados, como exemplo, casos de garimpo, destacando-se a cooptação de indígenas Yanomami, que passaram a depender dessa atividade como principal fonte de renda, e têm causado danos a uma vegetação de altitude, endêmica e sensível. Quanto à caça e à pesca, embora sejam práticas tradicionais essenciais para a subsistência, os respondentes ressaltam que essas atividades vêm ocorrendo de forma irregular, com pesca sem autorização e caça que ameaça populações de espécies cinegéticas, levando à hipótese de diminuição desses recursos. O uso do

fogo, fortemente mencionado, está associado ao preparo de terrenos para roçados e, especialmente em períodos de clima mais quente e seco, e em alguns casos, tem avançado de maneira descontrolada, provocando incêndios de difícil combate, contribuindo para a degradação ambiental. Além disso, há uma preocupação crescente com o aumento populacional e a pressão decorrente desse crescimento sobre as áreas de floresta, gerando expansão de roçados e maior retirada de recursos para o consumo local.

Quando perguntados sobre os usos e as espécies ameaçadas de extinção, houve relatos tanto na fauna quanto na flora. Entre a fauna, destacam-se espécies como a onça-pintada (*Panthera onca*), ariranha (*Pteronura brasiliensis*), peixe-boi da Amazônia (*Trichechus inunguis*), tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), anta (*Tapirus terrestris*), veado-campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*), jaguatirica (*Leopardus pardalis*) e queixada (*Tayassu pecari*). Foram mencionados também primatas como o macaco-aranha-de-testa-branca (*Ateles marginatus*), o macaco-barbigudo (*Lagothrix cana cana*), além de espécies como cuxiu (*Chiropotes satanas*), caiarara (*Cebus kaapori*) e capelão (*Alouatta belzebu*). Entre as aves, destacam-se a arara-azul-grande (*Anodorhynchus hyacin-*

thinus) e a azulona (*Tinamus tao*). Na flora, há a presença de espécies como a castanheira (*Bertholletia excelsa*), cuja coleta é restrita ao uso dos frutos.

Contudo, com base nos dados coletados e em uma taxa de resposta de aproximadamente 86%, a percepção dos gestores acerca do estado atual de conservação da biodiversidade nessas UC com sobreposição ou interface (UCPI) revela que 41,7% das respostas consideram a situação como excelente, 36,1% como boa, 19,4% como razoável e 2,8% como estável. Essa distribuição indica uma avaliação predominantemente positiva, embora tenha sido relatada, de forma consistente, forte presença de pressões internas e externas nessas áreas.

Quanto às respostas coletadas sobre o quarto grupo temático — relacionado à existência de medidas e instrumentos para gestão compartilhada e gerenciamento de conflitos, bem como à percepção da situação geral da UC e dos efeitos dessas medidas e instrumentos —, a análise dos dados traz vários apontamentos. Sobre os instrumentos de gestão previstos em lei, 88% das UCPI analisadas possuem plano de manejo, enquanto 97,6% contam com conselho gestor. Destaca-se que esses dados foram complementados com informações coletadas nos sites do ICMBio, do Instituto Socioambiental

e do Diário Oficial da União,⁹ atualizadas até 2025. Contudo, cabe ressaltar que esses dados refletem somente a formalização de tais instrumentos, não implicando necessariamente sua atualização e funcionamento efetivo.

A análise dos dados revela que, nas UC com sobreposição ou interface com TI, apenas 18% buscaram adotar instrumentos de gestão compartilhada para o tratamento de conflitos. Dentre esses casos, há exemplos de instrumentos formalizados, como planos de visitação, renovação de planos de manejo, Mosaicos e termos de compromisso, enquanto o restante encontra-se em fase de estudo, elaboração de propostas ou aguardando procedimentos administrativos.

Os achados acima contrastam com a percepção dos participantes sobre a importância desses instrumentos, o que se reflete na análise das respostas, na qual 100% dos gestores atuantes em áreas de sobreposição ou com conflitos com TI, com uma taxa de resposta de 89%, indicaram a possibilidade de utilizar instrumentos de gestão compartilhada para o tratamento dessas questões, conforme demonstrado na Tabela 1, que sumariza os dados coletados.

9. Esses sites são acessíveis pelos links <https://www.gov.br/icmbio/pt-br>, <https://www.socioambiental.org/> e <https://www.in.gov.br/servicos/diario-oficial-da-uniao>.

TABELA 1 • RESUMO DOS ACHADOS COLETADOS NO SURVEY

NOME DA UC	PLANO DE MANEJO	CONSELHO GESTOR	INSTRUMENTO DE COMPATIBILIZAÇÃO	CONFLITOS PRESENTES
UC COM SOBREPOSIÇÃO COM TI				
PARNA Pacaás Novos	Sim	Sim	Não	Sim
PARNA Pico da Neblina	Sim	Sim	Sim – plano de visitação Yaripo	Sim
REBIO do Jarú	Sim	Sim	Não	Sim
PARNA do Cabo Orange	Sim	Sim	Não	Sim
REBIO do Guaporé	Sim	Sim	Sim – termo de compromisso em construção	Sim
ESEC de Jutai-Solimões	Não	Sim	Não	Sem resposta
PARNA da Amazônia	Sim	Sim	Não	Sim
PARNA da Serra do Divisor	Sim	Sim	Sim – Termo de compromisso	Sim
PARNA do Monte Roraima	Sim	Sim	Sim – uso do Plano de Vida Ingarikó	Sim
PARNA do Juruena	Sim	Sim	Não	Sim
PARNA Mapinguari	Sim	Sim	Não	Sim
UC COM INTERFACE COM TI - RECONHECIDA PELA GESTÃO				
PARNA Anavilhanas	Sim	Sim	Não	Sim
PARNA da Serra do Pardo	Sim	Sim	Não	Sim

NOME DA UC	PLANO DE MANEJO	CONSELHO GESTOR	INSTRUMENTO DE COMPATIBILIZAÇÃO	CONFLITOS PRESENTES
PARNA Montanhas do Tumucumaque	Sim	Sim	Não	Sem informações – área de difícil acesso
PARNA Campos Ferruginosos	Sim	Sim	Não – proposta de Mosaico em estudo	Conflitos em tratamento sobre o uso, sem menção a outros conflitos ambientais.
PARNA Serra da Cutia	Sim	Sim	Não	Sim
ESEC da Terra do Meio	Sim	Sim	Não	Sim
REBIO do Abufari	Sim	Sim	Não	Sim
PARNA Rio Novo	Não	Sim	Não	Sem resposta
ESEC Alto Maués	Não	Sim	Não	Sem resposta
REBIO do Gurupi	Sim	Sim	Mosaico Gurupi	Sim
REBIO do Tapirapé	Sim	Sim	Não – estudos para Mosaico	Sim
PARNA Serra da Mocidade	Sim	Sim	Não	Sem resposta
ESEC Niquiá	Sim	Sim	Não	Sem resposta
ESEC Maracá	Sim	Sim	Não	Sim
REBIO Nascentes Serra do Cachimbo	Sim	Sim	Não	Sim
ESEC do Rio Acre	Sim	Sim	Não	Área de fronteira – indígenas isolados e interação com órgão ambiental do Peru.
REBIO do Rio Trombetas	Sim	Sim	Não	Sem resposta
UC SEM INTERFACE COM TI				
PARNA do Viruá	Sim	Sim	Não	Sem resposta
REBIO do Lago Piratuba	Sim	Sim	Não	Sim
ESEC de Maracá-Jipioca	Sim	Sim	Não	Sem resposta
PARNA do Jamanxim	Sim	Sim	Não	Sem resposta
REBIO Uatumã	Sim	Sim	Não	Sem resposta
PARNA Nascentes do Lago Jari	Sim	Sim	Não	Sem resposta
PARNA Campos Amazônicos	Sim	Sim	Não – gestor não reconhece interface, mas tem TI limítrofe.	Sem resposta
REBIO do Manicoré	Não	Sim	Não	Sem resposta
PARNA do Acari	Não	Não	Não	Sem resposta
ESEC Juami-Japurá	Sim	Sim	Não	Sem resposta
PARNA Jaú	Sim	Sim	Não com TI	Sim
PARNA dos Lençóis Maranhenses	Sim	Sim	Não	Sem resposta
ESEC do Jari	Sim	Sim	Não	Sem resposta
ESEC de Cuniã	Sim	Sim	Não	Sem resposta

Fonte: Elaborada pelos autores.

Outrossim, a análise das respostas às questões abertas permite inferir a percepção dos participantes de que esses instrumentos também podem gerar efeitos sociais relevantes, deslocando um cenário de conflito para outro de cooperação e colaboração. Os respondentes indicaram que o uso dessas ferramentas pode promover maior interação institucional, aliada à segurança jurídica e à participação coletiva na construção da gestão, contribuindo para a legalidade e a sensação de confiança tanto dos próprios agentes ambientais quanto das populações tradicionais. Independentemente do modelo adotado, o cumprimento dos compromissos administrativos estabelecidos também é abordado como tema fundamental para o fortalecimento da confiança e da cooperação. Dessa forma, essas ações podem favorecer o diálogo entre instituições e comunidades, promovendo a preservação das culturas e dos modos de vida tradicionais.

6. Análise dos resultados das entrevistas

Os relatos obtidos a partir das vozes dos servidores das UC selecionadas revelam um panorama de desgaste, esgotamento e insuficiência de apoio institucional, agravando a dificuldade de avançar na proteção e preservação dos recursos naturais. Esses relatos apresentam as percepções dos atores sobre a realidade da gestão ambiental, destacando a urgência de fortalecer os pilares da governança para garantir uma conservação mais efetiva e sustentável.

O que se constatou a partir dessas vozes foi que, independentemente do tempo de experiência dos agentes ambientais, há uma percepção generalizada de aumento das pressões externas no cotidiano de trabalho. Essas pressões variam em escala e na diversidade de ações predatórias, com destaque para o incremento das atividades de garimpo. Além disso, observa-se uma sensação constante de isolamento e uma deficiência na estrutura e no apoio institucional para lidar com as múltiplas vertentes e demandas da sociedade, dificultando a gestão eficaz dessas áreas.

No PARNA Cabo Orange, os achados indicam uma gestão com diversas variantes, marcada por uma situação de complexidade, embora haja esforços para manter um relacionamento positivo com as comunidades tradicionais presentes no território. As pressões externas, relacionadas às atividades extrativistas — especificamente petróleo e especulação imobiliária — ameaçam a integridade da unidade. A implementação de instrumentos de gestão compartilhada, como termos de compromisso, enfrenta dificuldades devido à escassez de recursos

humanos e de capacidade técnica, demandando capacitação adicional para lidar com os conflitos territoriais existentes. A visão de conservação, por parte dos agentes ambientais, revela uma preocupação intensa, sendo necessário o desenvolvimento de ações integradas e uma gestão mais eficiente.

No PARNA Juruena, os relatos indicam uma situação semelhante: a unidade dispõe de uma equipe reduzida, com alcance limitado na fiscalização, o que torna a gestão desafiadora e uma fonte de frustrações. Apesar dessas dificuldades, mantém-se uma relação positiva com os povos indígenas. Entretanto, há preocupações relacionadas a atividades como pesca esportiva, garimpo e queimadas, além de obstáculos burocráticos, incluindo uma percepção de excesso de rigidez institucional, burocracia excessiva e um distanciamento entre a sede e os servidores da ponta. A capacitação e o apoio institucional são insuficientes para atender às demandas locais, o que gera uma sensação de exaustão entre os agentes. Contudo, acredita-se que o aumento da autonomia poderia contribuir para a melhoria da efetividade das ações de conservação.

Os relatos sobre o PARNA Montanhas do Tumucumaque apontam dificuldades relacionadas à alocação de recursos humanos voltados para a agenda socioambiental, bem como à insuficiência de recursos para atingir os objetivos de conservação em uma área de difícil acesso. Essa realidade resulta em uma presença institucional aquém do desejado, caracterizada por uma gestão mais reativa e voltada às emergências, devido à falta de informações detalhadas. As pressões externas, como garimpo, pesca e caça ilegais, intensificadas pela localização em uma área de fronteira, representam uma constante fonte de vulnerabilidade. Além disso, há uma percepção de insuficiente apoio institucional no manejo de conflitos, o que coloca esses agentes diante de uma pressão excessiva.

No PARNA da Serra do Pardo, a situação relatada evidencia uma equipe reduzida que enfrenta dificuldades semelhantes às de outras unidades, sob constante pressão de atividades ilegais. Há uma demanda permanente por maior presença institucional, especialmente por parte das comunidades locais; contudo, há o reconhecimento da limitação estrutural e de recursos humanos para atender áreas tão extensas e sujeitas a tamanha pressão, considerando a estrutura oferecida pela gestão ambiental. Essa realidade se reflete em uma morosidade excessiva das ações, além de uma percepção de subvalorização da área ambiental e de perdas na batalha pela

conservação, o que resulta em sobrecarga e exaustão dos servidores.

No PARNA de Anavilhanas, a maior parte do território apresenta uma situação fundiária consolidada. No entanto, as pressões decorrentes de atividades como caça, pesca e exploração madeireira, aliadas ao aumento populacional no entorno e à pressão do turismo predatório, elevam a complexidade da gestão. A implementação de instrumentos de fiscalização e monitoramento é limitada devido à escassez de recursos humanos, e há uma percepção de que melhorias ainda são necessárias para assegurar a sustentabilidade da conservação.

A ESEC Rio Acre apresenta um cenário de acesso difícil, mas conta com uma estrutura de apoio razoável para pesquisas acadêmicas. Os relatos destacam a presença de pressões externas, como caça e a proximidade com áreas de fronteira; contudo, essas não resultaram em conflitos recentes de maior gravidade. Embora sejam apontados problemas estruturais, há uma visão positiva quanto à capacitação oferecida pelo órgão, embora também seja reconhecida a necessidade de apoio na gestão de conflitos, levando em consideração a complexidade e diversidade da realidade amazônica. Observa-se que o nível de pressão vem afetando a saúde dos servidores. A gestão ambiental na Amazônia é vista de forma pessimista, influenciada pelo estrago percebido durante a gestão anterior, pela desvalorização dos servidores ambientais e pela constante ameaça à integridade desses profissionais. Além disso, há uma percepção da gravidade da devastação na região, reforçando a urgência de ações efetivas de conservação.

No contexto da gestão do PARNA Pacaás Novos, uma das principais questões é a limitada presença institucional do ICMBio junto às comunidades indígenas da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, o que restringe as ações de apoio e os benefícios diretos às

populações locais. No entanto, a gestão enfrenta dificuldades para manter servidores e para contar com competências técnicas necessárias para atender às diversas demandas, tornando inviável, com a estrutura atual, alcançar resultados mais alinhados às expectativas da sociedade.

Nos relatos referentes ao PARNA do Monte Roraima e à REBIO Gurupi, observa-se uma tendência mais positiva, atribuída ao reconhecimento de ações voltadas à implementação de instrumentos de gestão diferenciados. Destacam-se a renovação do plano de manejo do parque, após anos de tentativas de uso de instrumentos conjuntos na gestão de um território sobreposto a uma Terra Indígena, e a formalização do Mosaico Gurupi, no caso da REBIO. Ambas as iniciativas demonstram o esforço das equipes locais, que, após anos de luta por segurança jurídica, buscaram compatibilizar a gestão com a realidade local. Essas ações, recentes em suas conclusões, revelam equipes experientes na gestão territorial, configurando-se como boas práticas atuais de gestão. Contudo, os contextos também apresentam dificuldades.

No PARNA, a carência de estrutura humana, o baixo suporte na capacitação e o reconhecimento da impossibilidade de atender a todas as demandas, agravadas pelo aumento de pressões externas, como garimpo e desmatamento, contribuem para uma visão pessimista sobre a efetividade da conservação ambiental. Já a REBIO apresenta uma situação de recursos humanos mais favorável, embora manifeste uma percepção de estagnação na política ambiental e de perda do protagonismo brasileiro. Há um desejo por uma nova perspectiva, ao encarar a natureza como um sujeito a ser protegido, adotando uma abordagem de gestão territorial e de paisagem que busca superar visões rígidas e convencionais de conservação, promovendo uma visão mais integradora e adaptativa.

TABELA 2 • RESUMO DOS ACHADOS COLETADOS NAS ENTREVISTAS

NOME DA UC	EQUIPE ALOCADA	CAPACIDADE TÉCNICA	ESTRUTURA E RECURSOS	APOIO INSTITUCIONAL	CONFLITOS PRESENTES
PARNA Pacaás Novos	Baixo – 2 servidores no momento da pesquisa	Baixa	Insuficiente	Baixo	Mineração; invasão e grilagem; desmatamento; sobreposição territorial.
PARNA do Cabo Orange	Servidores insatisfeitos – baixa capacidade de retenção nas localidades.	Baixa	Insuficiente	Pouco efetivo para a realidade apontada	Lobby petróleo; pressão externa e institucional;
PARNA do Monte Roraima	Insuficiente	Necessidade de suporte direcionado	Insuficiente	Baixo alcance; falta direcionamento para gestão de conflitos.	Garimpo; caça; desmatamento;
PARNA do Juruena	2 servidores, sendo somente 1 efetivo.	Não há servidores para acompanhar tantas agendas.	Insuficiente	Muita formalização, processos burocráticos e distante das realidades locais.	Pesca esportiva; manejo do fogo; garimpo.
PARNA Anavilhanas	Poucos fiscais	Necessidade de formação específica	Necessidade de mais servidores	Comunicação institucional baixa	Turismo predatório; desmatamento; pesca e caça;
PARNA da Serra do Pardo	1 servidor de socioambiental para áreas extensas	Baixa	Insuficiente	Falta planejamento, segurança institucional e continuidade.	Garimpo; sobreposição de áreas de uso; pesca esportiva e predatória.
PARNA Montanhas do Tumucumaque	Poucos servidores para agenda socioambiental	Baixa	Sem capacidade de logística, gestão de emergência, estrutura precária.	Baixa presença institucional; alta pressão; servidores inexperientes e com carência de apoio.	Área de fronteira; pesca e caça; lixo e ocupação.
REBIO do Gurupi	Suficiente – preocupação com manutenção do quadro	Boa	Satisfatória	Sem continuidade e diretrizes claras.	Garimpo; gado; histórico de desmatamento; pesca e caça.
ESEC do Rio Acre	Insuficiente	Baixa	Estrutura física ruim.	Alguns setores, mas com a realidade, são insuficientes.	Caça, área de fronteira, difícil acesso.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Para concluir, destaca-se uma das entrevistas com a pessoal responsável pela área socioambiental de diversas unidades no bioma amazônico (Entrevista nº 5, comunicação pessoal, no dia 13/09/2024), cuja fala evidencia de forma contundente os pontos recorrentes observados nas demais entrevistas. Ainda que com graus variados de dificuldade e percepção dos problemas, essa narrativa sintetiza a sensação de desesperança e desgaste enfrentada.

A pessoa entrevistada compartilhou uma visão bastante crítica sobre o cenário atual da gestão ambiental na região, apontando que, na sua percepção, a batalha pela conservação está se perdendo. Foi

afirmado que, atualmente, essa questão não é tratada como prioridade pelo governo:

A meu ver, a gestão ambiental está perdendo a batalha pela conservação, porque assim, eu não vejo como uma prioridade, né? De governo... A gente tá aí com um governo que se diz que é a favor do meio ambiente, e eu não vejo o cenário melhorar. Não é porque a gente tem hoje, e com o que a gente tem hoje, já é totalmente insuficiente. É isso, eu acho que não dá conta, e eu fico assim, muito triste quando vejo o que está acontecendo aqui no território, porque se as coisas continuarem do jeito que estão, eu não consigo ver perspectiva de melhora.

Na entrevista, destacou ainda o desgaste de toda a estrutura, incluindo as próprias lideranças comunitárias, que estariam cansadas de lutar por melhorias:

É só afundando. Você vê um desgaste até das próprias lideranças comunitárias, porque tem muita gente que fica ali brigando, brigando, mas tá todo mundo cansado, sabe? Das coisas que não se resolvem.

Segundo o relato, uma das razões para esse desencanto seria a injustiça percebida, com forte presença de influência externa e baixo poder institucional de apoio e presença nessas comunidades:

E é isso, esse cara que tá lá, vendo alguém ganhar dinheiro tirando madeira ali da unidade dele, do fundo, da casa dele, e ele tá lá passando todas as dificuldades. Sem acesso a serviços básicos. Assim, ele acaba indo por esse lado. Então, eu acho que, infelizmente, a gente está perdendo e feio nesse cenário.

No aspecto de pessoal, a pessoa entrevistada reforçou a carência de recursos humanos qualificados, explicando que a quantidade de pessoas alocadas atualmente é insuficiente para atender às demandas do território:

Com o que a gente tem hoje? Não dá conta, né? E é isso, fica todo mundo adoecendo, e chega uma hora em que você tem que fazer uma escolha: ou você tira de uma coisa para fazer outra, ou endoi-dece, porque não dá para fazer tudo. E aí tudo fica parado, acumulando.

Salientou, ainda, que uma maior valorização dos profissionais e melhorias na infraestrutura dos órgãos ambientais poderiam transformar esse cenário de crise:

Se tivesse uma valorização de verdade dessas pessoas que trabalham com essa frente do meio ambiente, eu acho que já seria outro cenário.

Por fim, destacou a fortíssima precariedade da estrutura da atividade profissional, ao exemplificar possíveis respostas a cenários de emergências:

Gente, se alguém sofrer um acidente grave ali no meio do rio, não tem o que fazer. Não tem um plano de resgate, nada. Tudo muito precário, muito amador. Não é um trabalho levado a sério por quem tem poder para mudar isso.

7. Discussão dos achados e propostas de futuro

Neste estudo, as vozes dos agentes ambientais selecionados indicam uma possível relação entre os desafios identificados no modelo de governança das UCPI, a percepção do aumento de conflitos socioambientais e as dificuldades na gestão compartilhada dessas áreas, configurando fatores que atualmente representam obstáculos à conservação ambiental. Contudo, é importante destacar que diversos aspectos devem ser considerados sobre essa relação, e que as diferentes nuances observadas nos cenários devem ser interpretadas de acordo com suas especificidades e dinâmicas próprias.

Importa ressaltar que as limitações deste estudo incluem o fato de que os dados baseados em percepções individuais dos gestores podem estar sujeitos a interpretações pessoais e respostas seletivas. Além disso, parte da coleta foi realizada durante o período de incêndios florestais e de uma negociação sindical relacionada à reformulação da carreira, o que pode ter agravado percepções negativas sobre o escopo da pesquisa. Por fim, alguns formulários foram respondidos pela equipe de pesquisa por mensagens ou telefonemas, fator que pode ter contribuído para determinados vieses de mensuração.

Apesar disso, os achados revelaram que, embora haja uma presença significativa de agentes ambientais com ampla experiência na gestão dessas áreas, tal fato não se traduziu necessariamente na efetivação de um modelo de governança plenamente participativo, em que estão presentes as capacidades e instrumentos necessários à gestão compartilhada. Destaca-se a existência de lacunas substanciais no conhecimento e na capacitação dos agentes em relação a mecanismos específicos para o tratamento de conflitos socioambientais, especialmente no que se refere às interfaces e sobreposições com TI. Essa insuficiência de formação técnica pode representar obstáculos à implementação de respostas mais eficazes, contribuindo para o aumento de vulnerabilidades e dificultando a construção de estratégias colaborativas.

Os achados também indicam que, embora a maior parte das UC no escopo desta investigação apresente instrumentos formalizados, como planos de manejo e conselhos gestores, sua efetiva operacionalização ainda é limitada. Esses resultados apontam que poucas unidades realmente utilizam instrumentos de gestão compartilhada para tratar conflitos, o que evidencia uma fragilidade na capacidade de resposta a disputas de forma participativa e

coordenada. Essa constatação reforça a necessidade de estratégias de fortalecimento da governança, com a presença e a plena adoção de mecanismos de cooperação entre agentes ambientais, comunidades tradicionais e demais atores relevantes, pressuposto de que a gestão mais aberta e inclusiva permite a redução de conflitos e seus efeitos, o que contribui para uma conservação mais sustentável e socialmente justa.

No âmbito dessa relação entre atores, os agentes demonstram percepções otimistas acerca do potencial dos instrumentos de gestão compartilhada para gerar benefícios ecológicos e sociais. Quando bem implementadas, essas ferramentas podem reforçar práticas sustentáveis de uso dos recursos, facilitando a continuidade das culturas tradicionais. Além disso, há uma compreensão clara de que essa modalidade de gestão tem o potencial de mediar esses conflitos, gerando mais espaços de cooperação, fortalecendo o diálogo institucional, a segurança jurídica e o envolvimento das populações locais. Essa perspectiva evidencia a necessidade de aprofundar estudos que examinem as condições de viabilidade dessas estratégias e suas possibilidades de ampliar sua efetividade.

Por outro lado, a pesquisa revelou percepções pessimistas sobre o cenário atual da gestão das políticas ambientais. Há uma percepção de baixa priorização por parte do governo federal em relação à agenda do meio ambiente, evidenciada pela ausência de medidas dos níveis superiores que pro-

movam uma melhoria efetiva nas condições de trabalho e da estrutura institucional oferecida. Essa visão é corroborada pelos relatos de uma sensação de insuficiência de ferramentas para garantir a proteção efetiva dos recursos naturais, aliada a sentimentos de desamparo e desesperança.

Adicionalmente, as vozes indicaram o desgaste de todo o conjunto de atores envolvidos na gestão das UC, incluindo lideranças comunitárias. Essa situação, aliada a uma narrativa de crescente sensação de injustiça, reforça o distanciamento de parte dos intervenientes das ações de conservação, dificultando o fortalecimento da participação social e o avanço das estratégias de preservação.

Diante desses achados, um aspecto central para o desenvolvimento de uma agenda de pesquisa consiste em aprofundar as questões relacionadas à efetivação da governança da conservação pretendida pelo SNUC. Isso envolve identificar as condições que favorecem ou dificultam a implementação de instrumentos de gestão compartilhada e avaliar o impacto dessas estratégias na redução de conflitos socioambientais. Estudos futuros também podem explorar os fatores que influenciam a construção da confiança entre gestores e comunidades, bem como avaliar os efeitos de políticas de capacitação continuada. Essas investigações contribuirão para a formulação de diretrizes concretas que promovam a participação social por meio da gestão compartilhada, visando uma governança que integre proteção do patrimônio natural, justiça social e sustentabilidade ambiental.

8. Referências

- Acselrad, H. (2004). As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In H. Acselrad (Org.), *Conflitos ambientais no Brasil* (pp. 13–38). Relume Dumará.
- Allegretti, M. (2008). A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, (18), 39–59.
- Allen, B. S. (2015). *Protecting nature in federal systems: States, private interests, and conservation units in Brazil* (Doctoral dissertation, University of California, Berkeley, CA). https://escholarship.org/content/qt5gj027t9/qt5gj027t9_noSplash_d2d2c765d88a10e-510618aa9986bd946.pdf?t=ny5tws
- Ansell, C., & Torfing, J. (2022). Introduction to the Handbook on Theories of Governance. In C. Ansell & J. Torfing (Eds.), *Handbook on Theories of Governance* (pp. 1–16). Edward Elgar. <https://doi.org/10.4337/9781800371972>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.; 3ª reimpr. da 1ª ed.). Edições 70.
- Bensusan, N. (2006). *Conservação da biodiversidade em áreas protegidas*. FGV Editora.
- Brasil. (2000). *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm
- Brasil. (2002a). *Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002*. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm
- Brasil. (2002b). *Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002*. Cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110410.htm

- Brasil. (2007). *Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007*. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm
- Brasil. (2012). *Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012*. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm
- Brasil. (2024). *Decreto nº 12.258, de 25 de novembro de 2024*. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/decreto/D12258.htm
- Canto, O., Sobrinho, M.V., Vasconcellos, A.M de A., Ferreira, L.R., & Baretta, A.L. (2020). Conflitos socioambientais e limites da gestão compartilhada em Unidade de Conservação na zona costeira amazônica. *Redes*, 25, 1528-1552. <https://doi.org/10.17058/redes.v25i0.15239>
- Carlsson, L., & Sandström, A. (2008). Network governance of the commons. *International Journal of the Commons*, 2(1), 33–54. <https://doi.org/10.18352/ijc.20>
- Controladoria-Geral da União [CGU]. (2024). *Relatório integrado: Mudanças climáticas*. <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/arquivos/relatorio-mudancas-climaticas.pdf>
- Deslandes, S.F., & Gomes, R. (Orgs.). (2009). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (28ª ed.). Vozes.
- Diegues, A. C. (2000). *O mito moderno da natureza intocada* (3ª ed.). Hucitec.
- Guerra, E. L. de A. (2014). *Manual de pesquisa qualitativa*. Centro Universitário UNA. <https://www.studocu.com/pt-br/document/universidade-federal-de-santa-maria/metodologia-da-pesquisa/manual-de-pesquisa-qualitativa/71690025>
- Guerrero, N.R., & Torres, M. (2022). Políticas agrárias e ambientais: conflitos. In M. C. Cunha, S.B. Magalhães, & C. Adams (Orgs.), *Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças*. (Seção 12). SBPC.
- Haesbaert, R. (2004). O mito da desterritorialização: Do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade. *Bertrand Brasil*.
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade [ICMBio]. (2020). *Portaria ICMBio nº 102, de 10 de fevereiro de 2020*. https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/4208_20200213_164711.pdf
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade [ICMBio]. (2021). Parecer nº 175/2021/CPAR/PFE-ICMBio/PGF/AGU: *Direito Constitucional e Ambiental sobre a sobreposição entre Unidades de Conservação de proteção integral e territórios tradicionais*. <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/t3d00043.pdf>
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade [ICMBio]. (2022). *Portaria ICMBio nº 1.270, de 29 de dezembro de 2022*. <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/monitoramento/conteudo/legislacao/RegimentoInternoPortaria1270de29dezembrode2022.pdf>
- Instituto Socioambiental [ISA]. (2024). Brasil: *Informações gerais sobre Terras Indígenas no Brasil. Programa Monitoramento de Áreas Protegidas*. <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/brasil>
- Jeronymo, C. A., Silva, E. R., & Tanizaki-Fonseca, K. (2021). *Boa governança e participação social: Uma leitura crítica das políticas públicas de Unidades de Conservação da Natureza do Brasil*. RA'EGA, 50, e68784. <https://doi.org/10.5380/raega.v50i0.68784>
- Leff, E. (2001). *Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Vozes.
- Lima, L. (2024). ‘Pacote da Destruição’ avança mesmo depois da tragédia no Sul [Reportagem]. *Brasil de Fato*. <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/14/pacote-da-destruicao-avanca-mesmo-depois-da-tragedia-no-sul>
- Maretti, C. C. (2012). Gestão de Unidades de Conservação: Compartilhando uma experiência de capacitação. In M. O. Cases (Org.), WWF-Brasil/IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas. WWF-Brasil. <https://www.wwf.org.br/?32545/Gesto-de-unidades-de-conservao-compartilhando-uma-experincia-de-capacitao>
- Marinho, M. A. & Furlan, S. A. (2011). Gestão compartilhada e comunitária em áreas protegidas: reflexões no Vale da Ribeira. *Revista Geográfica de América Central*, 2, pp. 1-16. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451744820492>
- Medeiros, R. (2006). Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, 9(1), 41–64. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2006000100003>
- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima [MMA]. (2025). *Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC)*. <https://cnuc.mma.gov.br/powerbi>
- Moreira, É. V., & Lima, M. do S. B. (2015). A pesquisa qualitativa em Geografia. *Caderno Prudentino de Geografia*, 2 (37), 27–55. <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/4708>
- Murer, B. M. & Futada, S. M. (n.d.). *Governança. Governança*. Instituto Socioambiental. Disponível em <https://uc.socioambiental.org/pt-br/governanca>

- Oliveira, S. de, Guimarães, O. M., & Ferreira, J. de L. (2023). As entrevistas semiestruturadas na pesquisa qualitativa em educação. *Revista Linhas*, 24(55), 210–236. <https://doi.org/10.5965/1984723824552023210>
- Organisation for Economic Co-operation and Development [OECD]. (2024). *Anti-corruption and integrity outlook 2024*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/968587cd-en>
- Ostrom, E. (2010). Beyond markets and states: Polycentric governance of complex economic systems. *American Economic Review*, 100(3), 641–672. <https://doi.org/10.1257/aer.100.3.641>
- Pedroso, G. G., Ferreira, A. C. V. V., Silva, C. C., Silva, G. A. B., Lanza, F. M., & Coelho, A. C. O. (2022). Coleta de dados para pesquisa quantitativa online na pandemia da COVID-19: relato de experiência. *Revista de Enfermagem da UFSM*, 12, e 13, 1–14. <https://doi.org/10.5902/2179769267023>
- Porto-Gonçalves, C., & Leff, E. (2015). Political ecology in Latin America: The social re-appropriation of nature, the reinvention of territories and the construction of environmental rationality. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 35. <https://doi.org/10.5380/dma.v35i0.43543>
- Santilli, M. (2004). A cilada corporativa. In F. Ricardo (Org.), *Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições* (pp. 11-15) Instituto Socioambiental.
- Souza, L.K. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(2): 51-67.
- Treccani, G. D., Monteiro, A. N. G., & Pinheiro, M. S. B. (2020). Dados fundiários e ambientais: Divergências e conflitos. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, 11(1), 237–271. <https://doi.org/10.7213/rev.dir.econ.soc.v11i1.24471>
- Vasconcellos, L. & Guedes, L. (2007). E-surveys: Vantagens e Limitações dos Questionários Eletrônicos via Internet no Contexto da Pesquisa Científica. X SemeadAd- *Seminários em Administração FEA/USP*. https://www.researchgate.net/publication/319774242_E-surveys_Vantagens_e_Limitacoes_dos_Questionarios_Eletronicos_via_Internet_no_Contexto_da_Pesquisa_Cientifica
- Viglio, J. E., Monteiro, M. S. A., & Ferreira, L. C. (2018). Ciência e processo decisório: A influência dos experts no licenciamento ambiental de um empreendimento petrolífero no litoral paulista. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 33(98). <https://doi.org/10.1590/339808/2018>



Diana de Alencar Meneses

diana_meneses@usal.es

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-3599-1750>

Universidade de Salamanca

Doutoranda em Ciências Sociais na Universidade de Salamanca. Mestre em Biodiversidade em Unidades de Conservação e Bacharel em Comunicação Social, com especialização em Gestão e Controle Social de Políticas Públicas. Analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, com experiência em gestão ambiental, integridade pública, participação de populações tradicionais e gestão de unidades de conservação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4757323706912989>



Temístocles Murilo de Oliveira Júnior

tmurilo@edu.ulisboa.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5524-3830>

Universidade de Lisboa

Pós-Doutoramento (em andamento) em Políticas Públicas no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Pós-Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Doutor em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento. Mestre e Bacharel em Administração. Coordenador de Integridade Pública no Ministério da Igualdade Racial e Auditor de Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União. Investigador colaborador no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6001057558977088>